

DIFERENTES VALORES E EMPREGOS DE *ISTO É*: UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO ENUNCIATIVA

HELENA TOPA VALENTIM

(Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH /
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, CLUNL)*

ABSTRACT: The Portuguese expression isto é is used discursively in certain occurrence contexts. Consequently, it is frequently identified as a paraphrastic discursive marker. This expression is one among other Portuguese expressions that correspond to a predicative construction in other linguistic contexts.

In the present article, we claim to contribute to the enuntiative description of isto é by considering the variety of its associating values that depends on the linguistic context. To give an account of the discursive use of this expression, we particularly center our study in Denis Paillard and Jean-Jacques Franckel's works. These authors examine the identity of the commonly denominated "discursive markers" and look for an unitary description of linguistic forms and constructions through the identification of its values' variability and conceiving the existence of theoretical parameters which regulate the variation.

We propose, thus, a hypothesis of enunciative description of isto é, according to a conception of enunciation as a process which is reconstructed from each enunciate, itself defined as a linguistic forms adjustment.

KEYWORDS: discourse marker; enunciative description; variability; paraphrastic reformulation.

1. Classificação e caracterização de formas linguísticas que apresentam um emprego discursivo. Heterogeneidade teórica e pluralidade terminológica

São muitas as expressões nas línguas que, podendo em certos contextos linguísticos de ocorrência corresponder a construções predicativas ou outras,

* Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEst-OE/LIN/UI3213/2011.

adquirem, noutros contextos de ocorrência, um valor por vezes inusitado, correspondente segundo vários estudos a um emprego discursivo. É o caso, em português, da expressão *isto é*, mas também, entre outras, de *ou seja*, de *por assim dizer*, de *quer dizer*, de *mesmo assim*. A estas expressões os estudos gramaticais atribuem diferentes designações: por exemplo, ora são locuções discursivas, ora conectores (ver por exemplo Mateus, 2003: pp. 104-105), ora marcadores discursivos ou marcadores do discurso (ver Zorraquino, M. & J. Portolés Lázaro [1999] ³2000).

Este tipo de expressões linguísticas são, devido à sua versatilidade, um dos objetos linguísticos de análise que permite testar e confirmar hipóteses de diferentes quadros teórico-metodológicos. Veja-se, por exemplo, os casos da teoria da argumentação (Anscombe & Ducrot 1983) ou da teoria da relevância (Sperber & Wilson 1986), mas também os casos das abordagens da linguística textual (Van Dijk 1977, Halliday & Hassan 1976) e das abordagens da análise do discurso (Stubbs 1983, Schiffrin 1987, entre outros). Mais recentemente, também o modelo da gramaticalização (Traugott 1995, 1999, Brinton 1996) e, de certa forma, alguns trabalhos no âmbito da teoria formal enunciativa (Paillard 1998, 2002, 2011, Franckel & Paillard 2008) se debruçaram sobre a descrição de tais expressões, com a particularidade, relativamente a estudos anteriores, de integrar na análise a plasticidade destas formas em termos dos diferentes empregos que registam.

A pluralidade terminológica que atrás referíamos é, por conseguinte, um dos reflexos da diversidade teórica no que ao tratamento destas formas diz respeito. A atribuição de diferentes termos para designar esta realidade – como, por exemplo, os de *conector*, *marcador discursivo*, *marcador do discurso*, *partícula discursiva*, *marcador pragmático*, entre outros – conferem-lhe contornos ora mais pragmáticos, ora mais funcionais, dependendo das escolhas teóricas.

Porém, esta heterogeneidade apresenta-se, antes de mais, como uma decorrência da própria natureza das formas linguísticas em apreço, sendo, por isso, independente dos enquadramentos teóricos e metodológicos adotados pelos diferentes estudos. Dever-se-á, por conseguinte e acima de tudo, a razões empíricas. Este facto está patente, por exemplo, quando se observa que, na sua maioria, estas expressões correspondem ou integram formas que têm um estatuto ou pertença categorial variado. Por exemplo, se por um lado *verdadeiramente*, *realmente*, *justamente* e *felizmente* são formas adverbiais, por outro, *digamos*, *resumindo* e *olha* são formas verbais.

Além da proliferação terminológica, confrontamo-nos com outras dificuldades no que se prende com a identificação e descrição destas formas. Confrontamo-nos com a impossibilidade de recorrer seja a critérios morfológicos, seja a critérios sintáticos para as caracterizar e com a consequente dificuldade de se estabelecer uma eventual inventariação das mesmas. Deste modo, deparamo-nos com a dificuldade de sistematizar a relação existente

entre o que seja a variabilidade dos empregos e decorrentes valores destas formas e a sua identidade como unidades da língua (cf. Paillard, 1998).

Impõem-se-nos, pois, várias interrogações, pontos de partida deste estudo e para cujas respostas objetivamos dar um contributo. Como dar conta do facto de uma determinada unidade linguística poder pertencer a diferentes categorias, consoante o tipo de emprego que está em causa? Como estabelecer a relação existente entre o “emprego discursivo” e o “emprego não discursivo” de uma forma linguística? Que fatores apontam para alguma espécie de previsibilidade quanto às formas que podem registar este tipo de emprego “discursivo”?

2. Das abordagens pragmático-funcionais à conceção sistemática da semântica dos marcadores discursivos

Dizíamos atrás que é devido à versatilidade destas expressões que estas constituem um dos objetos linguísticos de análise que permitem testar e confirmar hipóteses de diferentes quadros teórico-metodológicos.

Muitos autores consideram que estas formas especificam a atitude do locutor em relação àquilo que diz. Por exemplo, Fraser refere-se aos “discourse markers” como formas que “do not create meanings, [...] but only orient the hearer” (1990: 390). Numa mesma linha de raciocínio, outros autores concebem que a descrição destas formas decorre, antes de mais, da pragmática, em função de um objetivo comunicativo que o locutor visa alcançar. Por exemplo segundo Norrick, os por si denominados “pragmatic markers” são “dynamic elements that serve to mold the speaker-hearer relationship according to the pragmatic force of an utterance in a given context” (2007: 161). Neste caso, a conceção mais apropriada será a instrumental: trata-se de “[...] elements that guarantee the ‘adaptive management’ of the message to a discourse situation” (*ibidem*: 162).

Por conseguinte e em virtude de consistirem, de acordo com vários autores, em “sequentially-dependent units of discourse” (Schiffrin, 1987: 314), os também amplamente denominados “marcadores discursivos” contribuem para a estrutura conversacional e são fatores de coerência ao marcarem o estabelecimento de “relations between adjacent units in discourse” (*ibidem*: 24): “Discourse markers are utterance-initial elements whose use is syntactically independent and sequentially dependent.” (*ibidem*: 326-327).

Ainda numa perspectiva pragmática, outros autores sugerem que, antes de mais, estas expressões partilham uma função comum, a de conectar elementos. Trata-se de uma perspectiva funcional segundo a qual se propõe descrever a função conectiva dos marcadores discursivos, o seu comportamento funcional ou pragmático: pretende-se “the description of the connective function and of the particular instantiations which can create or display it” (Borderia, 2001: 228). Considera-se, deste modo, que as funções assinaladas pelos marcadores discursivos – por exemplo, as funções de conectividade, de

modalização e de interatividade – são de natureza pragmática. Na função geral de conectividade inscrevem-se duas subfunções: por um lado, uma subfunção argumentativa, resultado conjunto dos contributos da teoria da argumentação desenvolvida por Anscombe e Ducrot (1986) e da abordagem das propriedades inferenciais características dos conectores, presente em Grice (1975), Sperber & Wilson (1986) e Levinson (2000); por outro lado, uma subfunção metadiscursiva, que se prende com a construção do discurso, internamente à qual se situa a reformulação discursiva (Rossari, 1994) e a estruturação discursiva (Halliday & Hasan, 1976; Van Dijk, 1977).

No quadro da gramaticalização, o desenvolvimento dos, também neste modelo, designados marcadores discursivos é considerado como prototípico do processo de gramaticalização (Traugott, 2007), processo segundo o qual se prevê a aquisição de um novo valor por parte de um item lexical pré-existente. Neste modelo, a dimensão diacrónica, que até recentemente fora negligenciada no estudo dos marcadores discursivos, é central. Propõe-se um paradigma de mudanças em termos de categorização e de distribuição sintática, afetando, por conseguinte, as expressões que sofrem essas mudanças, tanto ao nível semântico, como também sintático, morfológico e, por vezes, fonológico.

Assim, para o tratamento destas formas, confluem a linguística diacrónica e uma abordagem de todos os níveis de análise linguística, incluindo a pragmática, uma vez que se concebe que os marcadores discursivos resultam de um processo de evolução histórica e que tal evolução implica a fixação de valores que também, sob o ponto de vista pragmático são diferenciados. Traugott refere-se a uma nova perspetiva no estudo dos marcadores discursivos e não só: “a new philology” (2000, *apud* Borderia, 2001).

Já numa perspetiva enunciativa, recusa-se a atribuição exclusiva de uma definição funcional ao que noutras abordagens vem sendo amplamente designado como “marcadores discursivos”. Os “marcadores discursivos” não são apenas palavras que satisfazem uma função de coesão argumentativa num encadeamento discursivo e que, por essa via, constituiriam uma classe linguística à parte:

“[...] il ne s’agit donc pas du tout [...] d’une classe marginale ou périphérique qui viendrait ‘habiller’ le ‘noyau dur’ de la structuration discursive, ou qui échapperait au champ propre de la langue pour relever du domaine de la pragmatique”.

(Franckel & Paillard, 2008: 257)

Do mesmo modo, se recusa a hipótese de que a variabilidade semântica destas expressões é assimilada a uma dessemantização da forma linguística em apreço quando empregue como “marcador discursivo”, no sentido em que, conforme se defende no âmbito da gramaticalização, uma forma com significado *lexical* pode perder esse significado e ganhar *outro*, que está mais próximo da gramática e do discurso. A demarcação teórica em relação à ideia associada ao que se diz ser uma “aparente” dessemantização está

patente quando se reconhece haver um contínuo a unificar a variabilidade das formas; isto é, quando a proposta de análise passa pela identificação um valor de estabilização comum à variabilidade das formas.

Também em contraposição relativamente à perspectiva funcionalista, numa perspectiva enunciativa contesta-se a concepção segundo a qual os “marcadores discursivos” não são formas linguísticas como as outras, uma vez que só poderão ser descritos do ponto de vista do seu funcionamento no texto, isto é, uma vez que só poderão ser descritos numa perspectiva pragmática, no quadro do encadeamento discursivo e com base em elementos contextuais. É desta forma que autores como D. Paillard e J.-J. Franckel preconizam uma concepção sistemática da semântica dos “marcadores discursivos”, ao considerar que se está perante unidades da língua como as outras, *mots de la langue* (*ibidem*). Neste sentido, se dada forma linguística apresenta um emprego discursivo e um emprego não discursivo, isso decorre da sua própria variabilidade, ou *planos de variação*: “la différence entre un mot dans ses emplois non discursifs et ce même mot dans ses emplois discursifs ne relève pas de la caractérisation sémantique du mot, mais de ce que nous appelons les plans de variation du mot” (Paillard, 1998: 15-16).

Assim, subjacente à descrição dos “marcadores discursivos” como *mots de la langue*, está a aplicação de recursos teóricos e metodológicos idênticos àqueles que se aplicam na descrição de qualquer outra forma linguística. Deste procedimento se espera que resulte, em simultâneo, a identificação daquelas que sejam as propriedades específicas das formas que podem apresentar um emprego discursivo. Nomeadamente, se, como se afirma em Paillard (*ibidem*), “L’identité du mot est dans sa variation”, existe uma relação estreita entre o que seja a identidade da forma linguística e a sua variabilidade na interação com o contexto de ocorrência. Admitindo que o valor de uma forma linguística é indissociável do seu contexto de ocorrência (ou cotexto), interessa, pois, definir esses mesmos contextos de ocorrência. Por conseguinte, as perguntas que norteiam este trabalho de descrição são as seguintes:

- a) Quais são os fatores de variação das formas linguísticas?
- b) No caso particular dos marcadores discursivos, que formas de interação entre forma linguística e cotexto permitem explicar os seus empregos, respetivamente discursivo e não discursivo?

3. *Isto é*: uma proposta de descrição enunciativa

Tendo em vista uma proposta de descrição enunciativa do funcionamento de *isto é*, situamo-nos no quadro da teoria formal enunciativa, de modo particular nos trabalhos desenvolvidos por Denis Paillard e Jean-Jacques Franckel. Não deixamos, porém, de considerar o contributo da gramaticalização para uma melhor compreensão da variabilidade desta sequência. Ape-

sar de teórica e metodologicamente diferentes e, em alguns aspetos, dificilmente conciliáveis (viamo-lo atrás), em ambos os enquadramentos se concebe os comumente designados “marcadores discursivos” como formas da língua – deles se afirma serem “mots de la langue” (Paillard 1998) e “elements of the grammar of a language” (Traugott 1995) –, suscetíveis, portanto, de ser descritos no sistema da língua. No entanto, se, no quadro da gramaticalização, se considera que o desenvolvimento dos marcadores discursivos é prototípico do processo de gramaticalização (Traugott, *idem*), nos trabalhos de Paillard e Franckel, parte-se do questionamento do que sejam os “marcadores discursivos” para se procurar uma descrição unitária das formas, baseada na descrição da variabilidade dos seus valores num dado estado de língua.

O alcance desta tentativa de conciliação teórica será, portanto, o estabelecimento de parâmetros que regulem a variação de *isto é* num dado estado de língua, num plano sincrónico portanto, assumindo simultaneamente que essa variação resulta de um processo de gramaticalização, segundo o qual se prevê que, numa sucessão de estados de língua – num plano diacrónico portanto –, esta forma adquiriu um novo valor, o valor “discursivo”. Pressupõe-se, por conseguinte, que o estudo da variação desta sequência linguística no estado de língua atual poderá beneficiar do recurso ao que seja o seu desenvolvimento ao longo da história da língua, desenvolvimento esse que se explica enquanto processo de gramaticalização.

Começando por aquilo que são constatações mais imediatas a propósito desta sequência, *isto é* faz parte de um paradigma que constitui um subsistema de marcadores que integra outras sequências como *ou seja, quer dizer, a saber...* (Borderia, 2006). Em comum, estes marcadores assinalam reformulação parafrástica *isto é*, o estabelecimento de uma “relação de equivalência entre dois termos, lexicais ou frásicos” (Fuchs, 1994). Morfologicamente *isto é* é composto por um pronome demonstrativo (*isto*) e um verbo copulativo (*é*), sendo de assinalar não só a existência, em português, de outro marcador de reformulação que regista esta presença do copulativo *ser* (*ou seja*), como também a presença, noutras línguas, de um verbo copulativo como característica comum a marcadores de reformulação. Veja-se, por exemplo, *that is* do inglês, *c'est-à-dire* do francês, *es decir / esto es / o sea* do espanhol, *es a dir* do catalão e *cioè* do italiano.

À semelhança do que se passa precisamente com *esto es* (espanhol) (cf. Borderia, 2006), também *isto é*, com um emprego discursivo, se apresenta efetivamente como um caso de gramaticalização: regista a perda da composicionalidade da construção (“demotivation”, segundo Brinton & Traugott, 2005) e o “congelamento” das formas *isto* e *é* (“fusion”, *ibidem*), deixando a forma *isto* de ser o sujeito de *é* (“reanalysis”, *ibidem*). Considera-se ainda que o valor equativo de *ser* é “transposto” para uma operação discursiva de reformulação parafrástica (“metonymization”, *ibidem*).

Nesta medida, também os estudos sobre reformulação, na sua maioria enquadrados no domínio da análise do discurso, nos fornecem, em termos muito gerais, um ponto de partida para a análise aqui proposta (cf. por exemplo, Gülich & Kotschi 1983). De acordo com esta perspectiva, reformulação é genericamente entendida como um processo de reinterpretação. Está-se perante uma reelaboração de um primeiro termo (ou “fragmento discursivo”) que é apresentado de modo diferente, “to facilitate the hearer’s understanding of the original”, afirma-se em Blakemore (2002: 107). Consequentemente, concebe-se que a reformulação assegura coesão textual ao mesmo tempo que contribui para a progressão discursiva.

São muitas as propostas de tipologias de reformulação parafrástica: por exemplo, Fuchs (1982) propõe três tipos: designação, denominação e exemplificação; Gülich & Kotschi (1995) propõem que a reformulação parafrástica expressa expansão (através de especificação ou de explicação) ou redução (através de sumário ou denominação); Cuenca (2003) e Cuenca and Bach (2007) identificam três tipos: explicação, conclusão e sumário; no âmbito da Teoria da Relevância, Blakemore (2002), entre outros autores, sugerem que a reformulação codifica ora um procedimento, ora um conceito. Da pluralidade destas propostas, interessa-nos ressaltar o facto de, transversalmente a qualquer contexto de reformulação parafrástica, estar em causa uma relação de equivalência, ou identificação, entre dois termos, construída pelo sujeito enunciador.

Em enunciados em que *isto é* integra uma construção predicativa, também está em causa uma relação de equivalência, ou identificação, entre dois termos. Vejam-se os enunciados 1 a 3:

- (1) **Isto é** um cão!
- (2) **Isto é** cantar!
- (3) O consumo desenfreado não é compatível com a sustentabilidade. **Isto é** o que eu penso.

A estes três enunciados subjaz efetivamente a construção de uma relação de localização com um valor de identificação em que o primeiro termo é a situação de enunciação (enunciados 1 e 2) ou uma sequência linguisticamente construída e retomada pelo demonstrativo (enunciado 3, *O consumo desenfreado não é compatível com a sustentabilidade.*). Temos, em função da natureza do primeiro termo, ou antecedente, uma construção deítica no primeiro caso, e uma construção anafórica no segundo caso.

O segundo termo da relação de localização pode ser uma ocorrência linguística de uma noção predicativa, lexicalizada em nome (enunciado 1, *um cão*) ou em verbo, numa forma nominal como o infinitivo não flexionado (enunciado 2, *cantar*), ou ainda uma construção como *o que eu penso* (enunciado 3). Naturalmente que, com emprego predicativo, esta expressão admite

a correlativa negativa *isto não é*, sendo o valor da localização construída de não identificação ou diferenciação. Contrariamente, quando regista um emprego discursivo, não se verifica a mesma possibilidade, em virtude do processo de gramaticalização que lhe está subjacente, mais particularmente, em virtude da perda da composicionalidade da construção, do “congelamento” e da reanálise, características que atrás referimos.

Entre outros aspetos, o valor semântico do demonstrativo *isto* enquanto marcador de retoma de um antecedente situacional (retoma déctica) ou textual (retoma anafórica), indicia haver uma “transposição” deste seu valor relacional para o emprego discursivo, ou seja, quando integre o marcador de reformulação parafrástica *isto é*. Aliás, é também uma relação de equivalência entre dois termos que está em causa quando esta expressão regista um emprego discursivo. Tal relação de equivalência pode, porém, assumir diferentes naturezas, como podemos constatar na série de enunciados que se seguem (extraídos do corpus do *CETEMPúblico*):

- (4) [...] o pai, movido não se sabe porque ideia, resolveu chamar o rebento de Akuma, **isto é**, Diabo
- (5) Só em Junho, a quebra foi de 15 por cento, **isto é**, menos 28.642 turistas.
- (6) Era um molde WASP, **isto é**, branco, anglo-saxónico e protestante.
- (7) Interrogo-me, pois, se a ideia de incluir também público não estará a mais, se não se quis meter o Rossio na Rua da Betesga, **isto é**, se não se quis pôr tudo num programa só.
- (8) É preciso consciência galerística, **isto é**, visitar outros stands, conhecer galerias e galeristas estrangeiros, críticos e directores de salas de exposição, fazê-los conhecer os artistas, contextualizar a produção exótica que é a nossa, etc
- (9) [...] alunos interessados, trabalhadores, rápidos a aprender os conteúdos, **isto é**, bons alunos.
- (10) O mais provável é que não leve a lado nenhum, **isto é**, que acabe por não passar de mais um pacote de boas intenções e nulos efeitos e por falhar o alvo.
- (11) Sou hipertenso. **Isto é**, não posso abusar no sal.

Em termos da natureza da relação de equivalência estabelecida entre os primeiro e segundo termos, dir-se-á que esta pode ser, como nos enunciados 4 a 7, equativa (sobre valor equativo, ver, por exemplo, Fonseca 2000), correspondendo o segundo termo, neste caso, a uma reformulação do primeiro

termo, sem que se registre qualquer efeito de redução ou de expansão, pelo que se está perante uma simetria, ou seja, “os dois termos podem trocar de posição sem que o sentido do conjunto se altere) (*ibidem*: 36). Mas a mesma relação de equivalência entre os dois termos pode ser de natureza explicativa. Neste caso, o segundo termo corresponde ora a uma expansão, ora a uma redução. O segundo termo corresponde a uma expansão quando introduz uma definição, como no enunciado 8: *visitar outros stands, conhecer galerias e galeristas estrangeiros, críticos e directores de salas de exposição, fazê-los conhecer os artistas, contextualizar a produção exótica que é a nossa, etc* é uma expansão explicativa de *consciência galerística*. O segundo termo corresponde a uma redução quando introduz uma sumarização, como no enunciado 9: *bons alunos* é uma redução de *alunos interessados, trabalhadores, rápidos a aprender os conteúdos*.

Quando, como nos enunciados 10 e 11, o segundo termo introduz uma conclusão construída por inferência, corresponde, por isso, a um comentário. Neste caso, a relação é construída por referência a um terceiro termo, que, fazendo parte do conhecimento partilhado (por exemplo, no caso do enunciado 11, *o abuso do sal agrava a hipertensão arterial*), permite sustentar a relação inferencial construída.

De qualquer forma, em qualquer um destes enunciados, volta a estar em causa uma relação construída pelo sujeito enunciador como de equivalência entre dois termos, sendo que essa relação é marcada linguisticamente por *isto é*. A natureza particular dessa relação de equivalência – equativa, explicativa ou conclusiva – é marcada ao nível do conteúdo proposicional e / ou lexical de ambos os termos da relação.

Entre outras possíveis, estas são algumas das observações que nos permitem formular uma hipótese de descrição enunciativa de *isto é*, de acordo com uma conceção de enunciação enquanto processo que se reconstrói a partir do enunciado, que, por sua vez, consiste num agenciamento de formas linguísticas. Propomos, assim, que *isto é* marca o estabelecimento de uma relação entre dois termos (predicativos ou não), que designamos pelas variáveis X e Y. O termo Y pode ser construído em relação ao termo X com um valor de identificação, ou equivalência, que pode ser também equativo (relação simétrica), explicativo (relação com valor definicional), ou conclusivo (enquanto inferência).

Em qualquer um dos casos, pode-se dizer que, à seleção de Y, está associada uma posição subjetiva. *Isto é* assinala que Y é construído pelo sujeito enunciador como adequado para dar conta de X e é enquanto tal que Y está em concorrência com qualquer outro termo, com que mantém uma relação de complementaridade e, por conseguinte, de alteridade. Assim, a reformulação parafrástica, ou seja, o recurso a outro termo diferente de X, decorre do facto de o termo Y ser construído pelo sujeito enunciador como um entre outros, inscrito, portanto, numa relação de alteridade.

Este esquema, mediante o qual *isto é* marca o estabelecimento de uma relação entre dois termos, X e Y, confere à assunção de Y por parte do sujeito enunciador o estatuto de ponto de vista (cf. Paillard 2011, a propósito de “uma semântica do ponto de vista”).

Em síntese, na relação entre os dois termos X e Y marcada por *isto é*,

- a) Y é construído como um ponto de vista;
- b) Y é um ponto de vista equivalente ao primeiro ponto de vista X, que ocorre no cotexto imediatamente à esquerda (ou que é fornecido situacionalmente);
- c) é com base no conteúdo proposicional (e/ou lexical) de X e de Y que se explicita a natureza da equivalência entre o ponto de vista Y e X;
- d) exatamente porque está em causa a alteridade, a introdução do ponto de vista Y reformula equativamente / explica / sintetiza / comenta o ponto de vista X.

O elemento central do ponto de vista é a sua dimensão plural (Paillard, *ibidem*). Por outras palavras, pode haver uma multiplicidade de pontos de vista sobre um mesmo estado de coisas. O ponto de vista é, sempre e por definição, um ponto de vista entre outros. Esta dimensão plural do ponto de vista, por um lado, e a dimensão da pertinência que o sujeito enunciador atribui ao ponto de vista Y, por outro lado, são dois princípios que explicam a reformulação.

Deste modo, a este raciocínio subjaz uma conceção sobre o funcionamento da linguagem, segundo a qual o sujeito enunciador, fonte e origem de todos os valores construídos, constrói um espaço intersubjetivo e simultaneamente define a sua relação com o próprio ato de enunciar. Assim, o conteúdo proposicional / lexical construído (o primeiro termo, X) é selecionado entre outros possíveis, suscetíveis de exprimir o estado de coisas. O termo X, à partida e por definição, inscreve-se numa relação de alteridade: há X e há outros diferentes de X. Uma qualquer sequência linguística, é, por isso, sempre uma forma parcial de exprimir um estado de coisas (Paillard, *ibidem*).

Ora uma descrição de *isto é*, enquanto forma linguística que pode apresentar um emprego discursivo, releva deste princípio. Mais concretamente, *isto é* especifica que a sequência X, mas também a sequência Y, é uma maneira parcial de exprimir um estado de coisas. À seleção do primeiro termo desta relação (X) e à seleção do segundo termo (Y) está associada uma posição subjetiva. Deste modo, a reformulação, enquanto mecanismo discursivo, é uma manifestação inequívoca do facto de a atividade linguística compreender uma dimensão de regulação ou de ajustamento intersubjetivo.

Esta proposta de descrição, particularmente a hipótese de o emprego discursivo de *isto é* estar associada uma posição subjetiva, corrobora aquilo que se refere em Traugott a propósito do processo de gramaticalização que caracteriza os marcadores discursivos. Afirma-se aí que a aquisição do valor discursivo que caracteriza marcadores como *isto é* regista um “reforço de força pragmática e [uma] subjetificação” (“pragmatic strengthening and subjectification”) (1995: 1). Além disso, fornece, conforme nos propusemos, uma descrição de *isto é* fundada na construção do enunciado enquanto enca-

deamento de formas. Enquanto forma da língua, o valor de *isto é*, nos contextos linguísticos que apreciamos, é produto de determinações de diferentes ordens que intervêm na construção do enunciado, nomeadamente de natureza intersubjetiva.

Referências bibliográficas

- Anscombre, J.-C. & O. Ducrot. (1986). Argumentativité et informativité. In M. Meyer (ed.). *De la métaphysique à la rhétorique*. Brussels: Mardaga.
- Anscombre, J.-C. & O. Ducrot (1983). *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga.
- Blakemore, D. (2002). *Relevance and Linguistic Meaning: The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Borderia, S. P. (2006). From Pragmatics to Semantics: *esto es* in Formulaic Expressions. *Acta Linguistica Hafniensia*, Vol. 38. Copenhagen: C. A. Reitzels, pp. 180-206.
- Borderia, S. P. (2001). Connectives/Discourse Markers. An Overview. *Quadernos de Filologia*. Vol. VI, pp. 219-243 (<http://www.uv.es/ponss/PDFs/Discourse.pdf>).
- Brinton, L. (1996). *Pragmatic Markers in English. Grammaticalization and Discourse Functions*. Berlin/NY: Mouton de Gruyter.
- Brinton, L. & E. Traugott. (2005). *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cuenca, M. J. (2003). Two ways to reformulate: a contrastive analysis of reformulation markers. *Journal of Pragmatics* 35.7, pp. 1069-1093.
- Cuenca, M.J. & C. Bach (2007). Contrasting the form and use of reformulation markers. *Discourse Studies*, 9(2): pp. 149-175.
- Culioli, A. (2001). Heureusement. In M. H. M. Mateus & C. N. Correia (orgs.) *Saberes no tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 279-284.
- Dijk, T. A. v. (1977). Connectives in text grammar and text logic. In J. Petöfi & T. A. v Dijk (ed.) *Grammar and Descriptions*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Gülich, E. & T. Kotschi (1995). Discourse production in oral communication. In: U. M. Quasthoff (ed.), *Aspects of oral communication* Berlin/New York: W. de Gruyter, pp. 30-66.
- Fonseca, J. (2000). Predicação do complemento directo em português. *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora, pp 33-62.
- Franckel, J. J. & D. Paillard (2008). Mots du discours: adéquation et point de vue. L'exemple de *réellement, en réalité; en effet, effectivement*. *Revista de Estudos Linguísticos*, n.º 2. Lisboa: Colibri/CLUNL, pp. 255-274.
- Fraser, B. (1990). An Approach to discourse markers. *Journal of Pragmatics*, 14, 3, pp. 383-395.
- Fuchs, C. (1994). *Paraphrase et énonciation*. Paris / Gap: Ophrys.

- Fuchs, C. (1982). *La Paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France (Coll. Linguistique Nouvelle).
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. In P. Cole & Morgan (ed.), *Syntax and Semantics*. NY: Academic Press, pp. 41-58.
- Gülich, E. & T. Kotschi (1983). Les marqueurs de la réformulation paraphrastique. In *Connecteurs pragmatiques et structure du discours (Actes du 2^{ème} Colloque de Pragmatique de Genève)*. Genève: Cahiers de linguistique française 5, pp. 305-351.
- Halliday, M. & R. Hasan (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.
- Levinson, S. 2000. *Presumptive meanings*. Cambridge: MIT Press.
- Mateus, M. H. et al. ([1989] ⁵2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Norrick, N. R. (2007). Pragmatic markers, interjections and discourse. *Catalan Journal of Linguistics* 6 (*Contrastive perspectives on Discourse Markers*), pp. 159-158
- Paillard, D. (no prelo). La notion de prise en charge: une approche (très) critique. Comunicação apresentada no *Colloque international "La prise en charge"*, Anvers, janvier 2007.
- Paillard, D. (2011). Marqueurs discursifs et scène énonciative. In S. Hancil (dir.) *Marqueurs discursifs et subjectivité*. Publications des universités de Rouen et du Havre, pp. 13-33.
- Paillard, D. (1998). Les mots du discours comme mots de la langue I e II. *Le gré des langues* 14 & 16, pp. 10-41; 99-115.
- Paillard, D. (2002). Les mots du discours. Identité sémantique et principes de variation. *Cahiers Linguistiques de l'INALCO*, pp. 31-47.
- Rubio, M. M. (2007). *English reformulation discourse markers*. Bern: Peter Lang.
- Rossari, C. (1994). *Les opérations de reformulation*. Bern: Peter Lang.
- Schiffrin, D. (1987). *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sperber, D. & D. Wilson (1986). *Relevance*. Oxford: Basil Blackwell.
- Stubbs, M. (1983). *Discourse analysis*. Chicago, IL: The university of Chicago Press.
- Traugott, E. C. (2007). Discourse markers, modal particles and contrastive analysis, synchronic and diachronic. *Catalan Journal of Linguistics* 6 (*Contrastive perspectives on Discourse Markers*), pp. 139-157
- Traugott, E. C. (1999) The role of pragmatics in a theory of semantic change. In J. Verschueren (ed.), *Pragmatics in 1998: selected papers from the 6th International Pragmatics Conference II*. Antwerp: International Pragmatics Association, pp. 93-102.
- Traugott, E. C. (1995). The Role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Comunicação apresentada no *XII ICHL*, University of Manchester.
- Zorraquino, M. & J. Portolés Lázaro ([1999] ³2000). Los Marcadores del discurso. In I. Bosque & V. Demonte (dir.) *Gramática descriptiva de la lengua española*, Vol. III, Madrid: Espasa Calpe, pp. 4055-4062; 4071-4082.